

# WG03 Intervention

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade dada à sociedade civil de contribuir para o debate sobre a transição energética justa. Meu nome é Priscilla Papagiannis, e hoje, minha colega Natália Tsuyama e eu falaremos em nome do Grupo de Trabalho 3 do C20, o grupo de engajamento da sociedade civil dentro do G20. Nosso grupo de trabalho reúne mais de 700 membros e tem como foco o meio ambiente, a justiça climática e a transição energética justa. A pedido do Ministério de Minas e Energia do Brasil, focaremos nossos comentários de hoje na dimensão social da transição energética justa como uma contribuição para o Grupo de Trabalho sobre Transições Energéticas do G20.

Prezados colegas,

À luz da emergência climática global, exemplificada pelas recentes inundações catastróficas no estado do Rio Grande do Sul, no na região sul do Brasil, e crises associadas, como a perda de biodiversidade e o aumento das desigualdades sociais em muitas regiões do mundo, a implementação de uma transição energética verdadeiramente justa, sustentável e democrática deve ser considerada uma prioridade entre os países do G20.

Para superar a longa dependência da sociedade aos combustíveis fósseis, é essencial transitar para sistemas de energia renovável do futuro. Essa transição deve ser guiada por conselhos científicos do IPCC e garantir que não se repliquem os modelos de top down e exploratórios que têm caracterizado a era dos combustíveis fósseis. Esses modelos têm minado os meios de subsistência e os direitos humanos, enquanto devastaram os ecossistemas do nosso planeta.

O cenário de emissões líquidas zero da IEA demonstra que a energia renovável pode atender melhor às necessidades de acesso à energia e entregar um caminho para manter o aquecimento médio do planeta em 1,5°C, de acordo com o Acordo de Paris. Está claro que os sistemas de energia renovável podem ter um impacto significativo na redução das desigualdades socioeconômicas, incluindo grandes questões de saúde pública, que há muito tempo estão associadas às economias dependentes de combustíveis fósseis. Promover uma transição energética justa, acessível e inclusiva, com a devida atenção à sua dimensão social, é uma prioridade máxima do G20 este ano, sob a presidência do Brasil. Sendo assim, as recomendações do nosso grupo de trabalho para o processo do G20 se concentram em cinco pontos principais:

## **1. Uma transição energética justa deve abordar a pobreza energética e garantir acesso universal e equitativo a energia suficiente para atender às necessidades básicas e alcançar uma qualidade de vida digna.**

O G20 deve se concentrar em criar condições para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7.1, que visa garantir acesso universal a serviços de energia acessíveis, confiáveis e modernos até 2030.

À medida que transitamos para fontes de energia renováveis, é essencial garantir acesso equitativo e confiável para todos, incluindo as populações pobres da cidade e do campo, povos indígenas, comunidades locais, povos afrodescendentes, camponeses, mulheres e meninas, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, bem como aqueles que são discriminados com base em sua orientação sexual, identidade e expressão de gênero, e outras populações vulneráveis e sub-representadas. É essencial que os direitos desses grupos estejam na vanguarda de tais esforços. A transição dos combustíveis fósseis para a energia de baixo carbono deve priorizar tanto a descarbonização quanto a justiça social para evitar maiores desigualdades e contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

A implantação de tecnologias renováveis pode ser altamente adaptável, combinando grandes e pequenas redes com tecnologias conectadas e desconectadas da rede. Além de seu impacto positivo nas mudanças climáticas, os sistemas de energia renovável, se projetados e implementados adequadamente, podem oferecer inúmeras vantagens em termos de direitos humanos, controle democrático, descentralização da produção, propriedade e gestão da cadeia de suprimentos. Modelos descentralizados e distribuídos podem facilitar o empoderamento de comunidades e mulheres, oportunidades de geração de renda através do uso produtivo, e acesso à energia em áreas remotas que se beneficiam de sistemas comunitários e autogeridos a um preço justo.

Recomenda-se, portanto, que o G20 adote o objetivo de expandir a geração de energia distribuída com base em critérios de necessidades sociais e mobilize os recursos financeiros e a assistência técnica para apoiar a produção de energia renovável com benefícios econômicos e sociais. Isso deve ser feito enquanto se garante que os processos de transição energética não aumentem a carga de custos sobre os consumidores mais pobres. Uma possível via para alcançar isso é através de um processo aberto e transparente para acessar fundos para projetos de pequeno e médio porte, incluindo projetos de energia renovável descentralizada de propriedade comunitária e dos trabalhadores.

## **2. Embora a necessidade de uma transição energética global seja inquestionável, ela não pode ocorrer às custas dos povos e populações historicamente explorados.**

O aumento na implementação de usinas eólicas e solares tem sido frequentemente acompanhado por um aumento nas reclamações das comunidades afetadas em relação a violações de direitos humanos, intensificação de conflitos territoriais, ameaças à biodiversidade e agravamento das injustiças socioambientais, aumentando a pobreza, escassez de recursos e outras formas de danos.

Os países do G20, incluindo bancos multilaterais e atores do setor privado, devem desenvolver e implementar salvaguardas para proteger contra os riscos, danos e impactos que esses projetos podem impor aos territórios e às pessoas e comunidades que os habitam. Essas salvaguardas devem também garantir reparações pelos danos já causados, a mitigação dos impactos socioambientais e o respeito aos

direitos territoriais coletivos das comunidades vulneráveis. Grande parte da solução está na correta implementação de políticas públicas e garantias dos direitos existentes.

Os processos de planejamento devem incluir a definição não apenas do potencial eólico ou solar, mas também de outras variáveis para definir quais territórios estão disponíveis para projetos de energia e quais devem ser considerados zonas de exclusão. Isso deve levar em conta os riscos socioambientais dos projetos, incluindo impactos cumulativos. Esse planejamento deve ser baseado em diálogo com aqueles que habitam o território e premissas ambientais, incluindo o princípio da precaução e prevenção.

É imperativo que o uso da terra para produção de alimentos e água, conservação ambiental e manutenção dos territórios, culturas e modos de vida dos povos indígenas e comunidades locais não seja interrompido para favorecer a geração de energia em grande escala. Nos processos de tomada de decisão, o planejamento deve garantir a conformidade com a Convenção 169 da OIT sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Além da identificação precoce de zonas específicas que requerem apoio adicional e/ou rápido e do uso de ferramentas de avaliação de impacto para refinar o máximo possível a identificação das populações mais afetadas pela mudança, recomenda-se que os sistemas de proteção social (ou seja, benefícios de desemprego, benefícios por lesão no trabalho, benefícios por doença, proteção à saúde, pensões de velhice, benefícios para crianças e famílias, proteção à maternidade, pensões por invalidez, pensões para sobreviventes) sejam fortalecidos, particularmente para grupos potencialmente marginalizados, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e aqueles que trabalham no setor informal.

### **3. O aumento da demanda por extração de minerais críticos não pode repetir o padrão colonial de exploração de recursos do passado.**

Um sistema de energia baseado em fontes renováveis deve buscar minimizar a demanda por minerais através da eficiência energética, redução do consumo, design tecnológico inovador e reciclagem no ciclo mineral. Todas as empresas e entidades envolvidas nas indústrias extrativas devem exercer a devida diligência e ser responsabilizadas por casos de abusos de direitos humanos, adotando salvaguardas baseadas em padrões robustos de direitos humanos, trabalhistas e ambientais, aplicáveis internacionalmente.

Para evitar um padrão colonial de exploração de recursos em países em desenvolvimento, o G20 deve facilitar a transferência e desenvolvimento de tecnologias, capacitação e financiamento que permitam aos países em desenvolvimento construir tecnologias verdes locais, em vez de simplesmente exportar matérias-primas. É essencial implementar zonas proibidas para a mineração e salvaguardas para proteger os ecossistemas e os direitos das populações afetadas. Isso deve incluir um processo justo e contínuo de consentimento livre, prévio e informado (CLPI), conforme exigido pela Convenção 169 da OIT.

Mais amplamente, é imperativo que a legislação nacional e os acordos internacionais sobre os direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais sejam plenamente respeitados.

### **4. O foco da transição justa deve estar nas comunidades historicamente dependentes dos combustíveis fósseis.**

Os planos nacionais de transição do G20 devem priorizar regiões e comunidades historicamente

dependentes dos combustíveis fósseis e com a maior lacuna no acesso à energia. Eles devem também garantir proteção social universal para todos os afetados pela transição energética, com maior urgência para os mais vulneráveis. Os planos locais de mudança no setor de energia devem dar consideração especial às pessoas e meios de subsistência que podem ser afetados, e respeitar a experiência, habilidades, conhecimento e expertise dessas comunidades no processo de planejamento e tomada de decisão. Isso significa:

I - Incluir trabalhadores afetados e suas comunidades desde cedo nas discussões e planos.

II - Criar oportunidades alternativas de trabalho decente e iniciativas de propriedade dos trabalhadores, priorizando grupos marginalizados.

III - Implementar programas de mobilidade intra empresa e reaproveitamento no trabalho.

IV - Prover acesso a treinamento e reaproveitamento de habilidades verdes, particularmente em setores ambientalmente amigáveis, levando em conta a necessidade de apoio financeiro durante o reaproveitamento.

V - Acesso a oportunidades de emprego imediato, incluindo através do emprego no setor público.

VI - Pacotes adequados de aposentadoria e rescisão para aqueles que podem não ser capazes de reaproveitar ou requalificar-se para mudar de emprego.

## **5. Uma transição justa significa garantir consulta às comunidades afetadas e participação popular efetiva ao longo de todo o processo**

Uma transição energética verdadeiramente justa deve garantir processos de tomada de decisão inclusivos e equitativos que apoiem inovações, como propriedade coletiva e gestão dos novos sistemas de energia descarbonizados, por partes interessadas e detentores de direitos comunitários. Tal abordagem implica mudança institucional e evolução estrutural dos sistemas de energia para que desigualdades e conflitos sociais não ressurgam.

Uma transição justa não deve apenas "compensar" os afetados, mas também reformar as próprias instituições para garantir uma tomada de decisão democrática, orientada para o interesse público, com o devido respeito aos direitos humanos. Muitas questões críticas com profundas implicações sociais, incluindo a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, precisam ser abordadas dentro de planos de transição energética abrangentes baseados em governança transparente e participativa.

Grupos diversos da sociedade - incluindo sindicatos e trabalhadores informais, povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, jovens, pessoas com deficiência e outras populações discriminadas - têm sido frequentemente excluídos injustamente da tomada de decisões sobre políticas e projetos de energia que os impactam negativamente direta ou indiretamente. Portanto, é essencial garantir que esses atores-chave tenham um lugar à mesa nas discussões sobre planos de transição energética, assegurando uma participação significativa, informada e efetiva nas decisões que afetam profundamente seu futuro.

As novas formas de governança devem fazer uso do diálogo social e participação em múltiplos níveis, e outros mecanismos de tomada de decisão que garantam participação efetiva. Os tomadores de decisão e parceiros de projetos também precisam ser responsabilizados à medida que os projetos passam das fases

de tomada de decisão e planejamento para implementação e durante a operação, com monitoramento robusto e independente dos impactos sociais e ambientais.

Em suma, os elementos-chave deste processo de governança incluem: i) respeito pelos direitos dos povos indígenas e comunidades locais à autodeterminação, incluindo garantias de seus direitos territoriais e o direito ao consentimento livre, prévio e informado, ii) participação comunitária antecipada nos processos de tomada de decisão, e iii) garantias de mecanismos efetivos de queixa e reparação.

Nós, como representantes do C20, estamos certos de que as recomendações apresentadas aqui podem ajudar a garantir um resultado justo, equitativo e ambicioso das suas discussões de hoje e das atividades subsequentes do Grupo de Trabalho sobre Transições Energéticas do G20. Muito obrigado.

## **Referências**

CLIMAINFO. Salvaguardas Socioambientais para Energias Renováveis. ClimaInfo, 2024.

Fundação Rosa Luxemburgo. Em Nome do Clima: Mapeamento Crítico. Fundação Rosa Luxemburgo, 2024.

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. "Relatório Especial sobre Aquecimento Global de 1,5 °C" (2018).

IEA - Agência Internacional de Energia. "Perspectivas de Energia Renovável" (2023).

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. "Relatório de Desenvolvimento Humano 2023".

Governo Brasileiro. "Plano Nacional de Energia 2050".

G20 Insights. "Transformação Energética para o Crescimento Sustentável".